



II Simpósio de Pesquisa do Ecosistema Ânima:
Juntos pelo Conhecimento: um novo saber cria um novo amanhã

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: ESTIGMA, INCLUSÃO E INSERSÃO SOCIAL NA CIDADE DO SALVADOR

Autores e Orientadores:

Jamilton de Oliveira Santos, Universidade Salvador (); Dra. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (Orientadora), Universidade Salvador, (claudia.to@animaeducacao.com.br).

RESUMO:

A referida pesquisa tem como objetivo principal analisar as dificuldades da inclusão e inserção social das pessoas com deficiência intelectual que residem no HCTP Hospital de Custódia e tratamento de Salvador. Avaliando como funciona a inclusão, dificuldades e desafios da pessoa com deficiência Intelectual PcDI e quais medidas podem ser adotadas para que a legislação existente possa cumprir na totalidade a sua eficácia perene, saindo das linhas existente e vindo realmente a incluir e não excluir. O estudo se caracteriza por ser qualitativo, foi utilizado o método Hipotético-dedutivo, como delineador da pesquisa.

Os resultados apontam que as pessoas custodiadas com deficiência intelectual enfrentam condições de maior vulnerabilidade social, o acesso a estruturas de oportunidades sociais, econômicas e familiares é conflituoso.

PALAVRAS-CHAVE:

Pessoa com deficiência Intelectual PCDI, Hospital de Custódia e tratamento Psiquiátrico HCTP, inclusão.



INTRODUÇÃO:

Apesar da legislação brasileira atual reconhecer os direitos das pessoas com deficiência e exigir a remoção de barreiras para que possam desfrutar de sua cidadania, ainda há uma série de desafios a serem enfrentados. A Constituição de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 destacam a necessidade de promover o papel social das pessoas com deficiência na sociedade. Contudo, a falta de informação e conhecimento que as pessoas com deficiência têm direito a coexistência não isolada e acesso a recursos disponíveis para outros, ainda nos permitem testemunhar inúmeros casos de discriminação e exclusão.

Compreende-se que a deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual), conforme estabelece o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V) “caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência” (2014, p.31). Os prejuízos no intelecto resultam em danos no funcionamento adaptativo, acarretando embaraços nos padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, “incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade” (2014, p.31).

Para definirmos os objetivos dessa pesquisa, conhecendo mais de perto o objeto da pesquisa estudado, o recorte é dado com a pessoa com deficiência intelectual (PCDI), no Hospital de custódia e tratamento HCTP. O estudo tem procurado compreender a deficiência intelectual: aspectos históricos e estigmas; analisando a reabilitação psicossocial através da inclusão social e inserção na cidade de Salvador; avaliando como funciona a inclusão, dificuldades e desafios da pessoa com deficiência Intelectual PcDI, e quais medidas podem ser adotadas na atualidade para que a legislação existente possa cumprir na totalidade a sua eficácia perene, saindo das linhas nelas existentes, e vindo realmente a incluir e não excluir. O objetivo principal é analisar as dificuldades da inclusão e inserção social das pessoas com deficiência intelectual que residem no HCTP Hospital de Custódia e tratamento de Salvador.

A referida discussão sobre o objeto pesquisado, é justificada devido à sua contribuição ao meio acadêmico como um complemento e uma possível atualização da temática existente já em constantes estudos, onde, foi utilizado uma contextualização com embasamento na literatura disponível. O



estudo beneficiou-se das pesquisas bibliográficas e documentais desenvolvidas no âmbito dos projetos “Desinstitucionalização e Desinternação Progressiva do Hospital de custódia e Tratamento: tecnologias sociais para inclusão das pessoas com transtorno mental”, “Saúde mental: Desinstitucionalização e inclusão social de pacientes em cumprimento de medida de segurança custodiados” e “Hospital de custódia e Tratamento e a pessoa com deficiência intelectual: Estigma, inclusão e inserção social na cidade do Salvador”

MÉTODO:

Para a elaboração do trabalho de pesquisa foi seguido um caminho metodológico para se construir seguramente os resultados que foram alcançados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, numa abordagem qualitativa, que nos permitiu buscar diversos autores, trabalhos acadêmicos, livros, revistas, leis federais, portarias e leis e tratados internacionais que alicerçam o trabalho.

Buscando a abordagem qualitativa para entender este autor social que é a pessoa com deficiência Intelectual PCDI, visando a ressignificação constante dos dados, foi que diante dos dados apresentados pelo IBGE, publicado em 21 de setembro de 2022, que a população do Brasil gira em torno de 216 milhões de habitantes, e um terço dessa população, 71 milhões tem algum tipo de deficiência, (já se referindo a pessoa com deficiência intelectual, comparado com a pessoa com deficiência física e outras deficiências), percebeu-se que a PCDI, é a que mais demonstra não ter espaço para ser incluída e garantir a sua inserção no mercado de trabalho, com isso, logo, na sua maioria, as pessoas com deficiência intelectual tem mais dificuldades, em relação a tantas outras deficiências, inviabilizando a sua inserção e inclusão (IBGE, 2022).

A metodologia aplicada para a formulação do trabalho foi baseada na pesquisa bibliográfica e documental, sendo direcionado através do método Hipotético-dedutivo, sobre uma abordagem qualitativa, através de consultas a livros, revistas, pesquisa de manuais, tratados, artigos publicados na internet e diversos trabalhos acadêmicos, como: teses de Doutorado e Dissertações de mestrados. A seguir no quadro apresentados:



Nº	REFERÊNCIAS DA BASE TEÓRICA PARA DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	OBJETIVOS
HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ESTIGMA, INCLUSÃO SOCIAL E INSERÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR		
1	SANTANA, Adriana Teixeira Borba. Desinstitucionalização e reabilitação psicossocial: um estudo baseado no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de Salvador, Bahia. 2021. 129 f. Dissertação (Direito) - UNIFACS, Salvador, 2021.	Analisar a desinstitucionalização, reabilitação psicossocial, tendo como base HCTP.
2	MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. American Psychiatric Association 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Ebook.	Classificação dos transtornos mentais
3	A CASA dos mortos. Direção e roteiro: Debora Diniz. Brasília: Imagens Livre, 2009. 1 vídeo (24 min) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=noZXWFxdtNI . Acesso em: 17 de julho 2023.	Incapacidade de fato de responder pelos atos praticados.
4	FIGUEIRA, Emílio. As pessoas com deficiência do Brasil: Uma trajetória de silêncio e gritos! Rio de Janeiro: WaK Editora, 2021.	Trajetória das pessoas com deficiência.
5	CARDOZO, Priscila Schacht. Pessoa com deficiência e o protagonismo nos movimentos sociais. Revista de Iniciação Científica , Criciúma, v. 15, n. 1, 2017.	Movimentos sociais e a pessoa com deficiência
6	TORRES, Cláudia Regina de Vaz; Reescrevendo a História: A Desinstitucionalização do Hospital de Custódia e tratamento de Salvador. 2023. Documentário dirigido por Ilo Alves, (22 min), disponível em: http://www.youtube.com/live/qQTljBPTj1M?si=tSU5fcuGOL3ymqRh Acesso em: 29 set.2023.	Desinstitucionalização, Resolução 487 do CNJ de 2023 e a lei 10.216 reforma Psiquiátrica de 2001.

Fonte: O autor da pesquisa (2023).

Com base nas referências, emergiram duas categorias de análise: abandono social das pessoas com deficiência intelectual e Estas categorias nos conduzem a articular o tema com os direitos humanos, inclusive destacando a recente Resolução do Conselho Nacional de Justiça Nº 487 de 15/02/2023 (BRASIL, 2023), que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006) e a Lei n. 10.216/2001 (BRASIL, 2001), no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança (CNJ, 2023), que estabelecem que o atendimento das pessoas com deficiência intelectual e com transtorno mental que cometeram ilícitos penais precisam ocorrer no meio aberto, nos territórios e na rede de atenção psicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Hospital de Custódia e tratamento de Salvador (HCT) é uma unidade prisional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. É uma instituição de custódia e tratamento de pessoas em cumprimento da Medida de Segurança, sanção penal aplicada aos inimputáveis ou semi-imputáveis, que em razão do transtorno mental ou de sua suspeita, não são responsabilizados pelos atos praticados.



Pessoas que lá residem, vivenciam situações de abandono social de uma forma extrema, enfrentam a dor do rompimento dos vínculos familiares, ao cumprir a medida de segurança que causa muita estigmatização e são aplicadas em muitos casos de uma forma errônea, uma vez que poderiam ter cumprido a medida de segurança em tratamento ambulatorial. Diante disso, Simone Celotin, apresenta em sua dissertação de mestrado nas entrevistas que realizou dentro do HCT com os funcionários, as dificuldades da inclusão e inserção social das pessoas com deficiência intelectual e transtorno mental que residem no referido hospital, vejamos:

[...] Falta de tudo um pouco, o que nós temos às vezes não é o suficiente para medicar. É muito precário, da roupa do paciente à higienização, instalações, local de trabalho, é tudo muito precário. (Terapeuta ocupacional, há 1 ano no HCTP). (CETOLIN, 2011, p. 107).

[...] o serviço social hoje trabalha em parceria com a psicologia, nosso trabalho todo é em torno da desinstitucionalização, então a gente dividiu por alas, cada ala com um profissional de referência, uma psicóloga, nós fazemos um trabalho em parceria, tratamento individualizado, em alguns momentos a gente realiza trabalho formando grupos, para trabalhar algumas questões, algumas demandas. (Assistente social, há 13 anos no HCTP). (CETOLIN, 2011, p. 100-101).

Depreende-se que as pessoas com deficiência intelectual e transtorno mental tem direito a tratamento no território, sem perder os vínculos familiares e sociais que estigmatizam e criam dificuldades para o retorno social. A partir dos estudos de Cetolin (2011), Santana salienta que: tais relatos acabaram sinalizando a falta de estrutura do HCTP de Salvador (especialmente para tratar dos seus pacientes custodiados); o possível despreparo do pessoal técnico não efetivo; a ausência de cursos de atualização para todo o quadro técnico; a descrença na ressocialização dos indivíduos com transtornos mentais; a discordância quanto ao movimento de desinstitucionalização; a falta de vínculo entre custodiados e familiares; que muitas famílias têm motivos para não quererem o custodiado perto; e que não se atrelou deveres aos custodiados de hoje e indivíduos livres de amanhã – relatos, estes, que têm peso por advirem dos próprios profissionais da instituição. (SANTANA, 2020, p.95).

Tendo em vista, a precariedade dos Hospitais de Custódias existentes na Bahia, que são, locais de extrema insalubridade, as pessoas que cumprem medida de segurança perdem o vínculo total com a família, isso dificulta a reabilitação e a sua inserção de volta a sociedade a qual deixou quando adentrou os muros do HCTP, não existe dignidade da pessoa humana.



CONCLUSÕES

O estudo buscou analisar as dificuldades da inclusão e inserção social das pessoas com deficiência intelectual que residem no HCTP Hospital de Custódia e tratamento de Salvador. O Projeto de pesquisa da Pró-Ciência da Anima “Saúde mental: Desinstitucionalização e inclusão social de pacientes em cumprimento de medida de segurança dos custodiados” aponta a condição de estigma, preconceitos e exclusão vivenciadas pelas pessoas com deficiência intelectual. Os resultados abordados pelo IBGE, se sustentam, irrefutavelmente. Podemos concluir que para o HCTP de Salvador, a sua desinstitucionalização e o aparelhamento do sistema único de saúde SUS para atender as poucas demandas que ainda são acolhidas no referido hospital é o caminho. Este é o entendimento da lei Antimanicomial a Lei n. 10.216/2001 e a recente resolução do Conselho Nacional de Justiça CNJ Nº 487 DE 15/02/23, estabelecendo que o atendimento das pessoas com deficiência intelectual e com transtorno mental que cometeram ilícitos penais precisa ocorrer no meio aberto, nos territórios e na rede de atenção psicossocial.



REFERÊNCIAS:

A CASA dos mortos. Direção e roteiro: **Debora Diniz**. Brasília: Imagens Livre, 2009. 1 vídeo (24 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=noZXWFxdtNI>. Acesso em: 17 de julho 2023.

CARDOZO, Priscila Schacht. **Pessoa com deficiência e o protagonismo nos movimentos sociais**. Revista de Iniciação Científica, Criciúma, v. 15, n. 1, 2017.

CETOLIN, Simone Kelly. **Representações sociais da loucura**: um estudo com profissionais do Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia – HCT/BA. 2011, 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal, da Bahia. Salvador, 2011. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/simone_cetolin.pdf. Acesso em: 23 2023.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência do Brasil: Uma trajetória de silêncio e gritos!** Rio de Janeiro: WaK Editora, 2021.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ...[et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014, p. 34

SANTANA, Adriana Teixeira Borba. **Desinstitucionalização e reabilitação psicossocial**: um estudo baseado no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de Salvador, Bahia. 2021. 129 f. Dissertação (Direito) - UNIFACS, Salvador, 2021.

TORRES, Cláudia Regina de Vaz; FONSECA, Luís Antônio Nascimento. Ações de desinstitucionalização do Hospital de Custódia e Tratamento. **Revista Diálogos Possíveis, Salvador**, v. 19, n. 2, jul/dez. 2020. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/594> Acesso em: 22 agosto. 2023.

TORRES, Cláudia Regina de Vaz; Reescrevendo a História: A Desinstitucionalização do Hospital de Custódia e tratamento de Salavador. 2023. Documentário dirigido por Iro Alves, (48 min), disponível em: <http://www.youtube.com/live/qQTijBPTj1M?si=tSU5fcuGOL3ymqRh> Acesso em: 29 set.2023.

FOMENTO

O estudo está vinculado ao projeto Saúde mental: Desinstitucionalização e inclusão social de pacientes em cumprimento de medida de segurança custodiados, tendo como Protocolo do Projeto: 5432